

## A gestão das relações interpessoais e do trabalho entre polícias portuguesas. Ilustrações para pensar “escalas de interacção”

*Susana Durão<sup>1</sup>*

### Resumo

A partir de exemplos de um estudo empírico sobre polícias (para doutoramento) pretendo ensaiar e debater o interesse epistemológico do conceito “escalas de interacção”. A proposta do termo “escala” (e não de “nível” ou “plano”, por exemplo) deriva de uma leitura antropológica do trabalho e da organização policial, onde está presente uma tendência implícita para a medição e categorização das realidades, bem como de cada acto e representação em relação às mesmas. Procuo privilegiar os aspectos resultantes do plano interactivo – por definição desespacializado -- mas situando-o nos espaços de referência que para polícias determinados ou grupos de polícias podem ser a esquadra, um posto de atendimento móvel, uma rua, um bairro, o grande comando territorial de Lisboa, uma divisão administrativa, a própria Direcção Nacional.

### Texto -- argumento

A partir de exemplos de um estudo empírico sobre polícias pretendo ensaiar e debater o interesse epistemológico do conceito “escalas de interacção”.<sup>2</sup> A Polícia, no modelo que existe em Portugal<sup>3</sup>, é uma organização com diversas escalas organizacionais. Este “corpo” pode ser visualizado em pirâmide: comum à noção de comando com um responsável em cada cadeia de grandeza. Ao nível da actuação territorial e social os polícias também são obrigados a conjugar várias escalas. Em pequenos espaços públicos ou em grandes arenas, um polícia ou várias equipas tanto podem ser chamados a intervir junto de um número limitado de sujeitos como de grandes multidões. Em termos profissionais os polícias lidam com a mobilidade, enfrentando por isso várias escalas no trabalho: os quotidianos de trabalho assentam em grande medida no patrulhamento (por turno) de espaços e pessoas muito diferentes entre si; nas trajectórias e ao longo da vida é frequente desempenharem tarefas diferenciadas e passarem por vários lugares de trabalho em diversas regiões.

As relações profissionais têm como pano de fundo dinâmicas institucionais de disposição dos actores no espaço e nos lugares e postos que ocupam que ora os distanciam ora os aproximam, fisicamente, mas também tecnologicamente, e ainda através de valores que uns e outros tecem acerca do trabalho e da organização em que se inscrevem. A alteridade entre pessoas e grupos que se movem em escalas organizacionais diferentes, alteridade essa que atravessa e é característica da organização policial, está submetida a lógicas profissionais e organizacionais que interessa deslindar.<sup>4</sup>

Com a ideia de “escalas de interacção” proponho então que se pensem as relações interprofissionais dos polícias e as relações entre os polícias, os cidadãos, os espaços e a cidade que policiam tendo por referência diferentes ordens de grandeza que são atravessadas por outros aspectos

<sup>1</sup> Bolseira de Doutoramento FCT

Dep. Antropologia do ISCTE e Centro de Estudos de Antropologia Social do ISCTE  
susana.durao@clix.pt

<sup>2</sup> A ideia é desenvolver uma discussão iniciada por Jacques Revel e outros investigadores em “Jeux d’Échelles” (1996).

<sup>3</sup> Aqui referenciada a Polícia de Segurança Pública.

<sup>4</sup> Este trabalho tem sido realizado no âmbito da investigação para doutoramento em antropologia “A ‘cidade’ dos polícias. Uma etnografia em meio urbano” (SFRH/BD/8980/2002). Teve uma fase exploratória inicial no âmbito do projecto de investigação a decorrer pelo CEAS/ ISCTE “Por uma Etnografia da Polícia: Mulheres numa organização em mudança” de Graça Índias Cordeiro, Susana Durão e Alexandra Leandro (FCT/POCTI/36003/ANT/2000, participado pelo FEDER). Em 2004, está a decorrer pelo CEAS/ ISCTE o projecto “Polícias, Organizações e Mudança. Uma Etnografia sobre Identidades Sócio-Profissionais”, financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (POCTI/ANT/47227/2002) de Graça Índias Cordeiro e Susana Durão.

como as características do território, das redes intra e extra-profissionais, das situações... (Mitchell 1990, 1996). O uso do termo “escala” (e não de “nível” ou “plano”, por exemplo) deriva de uma leitura antropológica do trabalho e da organização policial, onde há uma tendência implícita para a medição e categorização das realidades, bem como de cada acto e representação em relação às mesmas.

Assim, ainda que sejam privilegiados os aspectos resultantes do plano interactivo – por definição desespacializado – este é situado nos espaços de referência que para polícias determinados ou grupos de polícias podem ser a esquadra, um posto de atendimento móvel, uma rua, um bairro, o grande comando territorial de Lisboa, uma divisão administrativa, a Direcção Nacional, etc.

A ideia de escala de interacção pode ajudar a situar os polícias observados na cadeia de relações sociais, organizacionais e técnicas, bem como espaciais, no plano sincrónico e diacrónico, dentro e fora da organização. Heuristicamente, o interesse do conceito resulta do facto de não confinar apenas a interacção a relações interpessoais decorridas no face-a-face mas alargá-la a grupos de pessoas, em várias ordens de grandeza mais ou menos dinâmicas, tendo em conta que, como adverte Agier (1995), o quadro (*setting*) influencia e penetra os sentidos partilhados (*shared meanings*).

O registo etnográfico é aqui muito valorizado porque permite articular o lugar que os sujeitos ocupam na organização, os estatutos pessoais, o género, a idade, a nacionalidade com as tácticas de policiamento, os modelos valorativos e os resultados da acção prática dos polícias na população e no espaço.

Trata-se de aplicar o estudo de estruturas intersticiais (Wolf 1990) a contextos organizacionais, contextos estes altamente complexos, de grande dimensão, muito hierarquizados, com uma forte componente burocrática e um alicerce na acção prática.

Desta forma, procuro ultrapassar a dicotomia entre *formal* e *informal*, uma subdivisão objectivada que tem sido proposta por antropólogos que estudam contextos organizacionais e que considero manifestamente insuficiente para compreender as complexidades, dinâmicas e ambiguidades presentes nos mundos policiais. Geralmente o que é de ordem cultural é classificado como sendo informal e, por oposição, o que é de ordem mais regulamentar e legislativo considerado formal (cf. Schwartzman 1993, 33-36).

A discussão deverá apoiar-se no exemplo do estudo de redes de relações pessoais, a constituição de “famílias” entre cadetes e aspirantes em formação para oficiais e oficiais de polícia.

## Referências

- AGIER, Michel, 1996, “Les Savoirs Urbains de l’Anthropologie”, *Enquête*, (4): 35-58.
- CORDEIRO, Graça; DURÃO, Susana; LEANDRO, Alexandra, 2004, *Por uma Etnografia da Polícia: Mulheres numa organização em mudança*, CEAS/ FCT, Lisboa, Relatório Científico de Projecto, 216 pp. (Policopiado). FCT/ POCTI/ 36003/ ANT/ 2000, participado pelo FEDER).
- MITCHELL, J. Clyde, 1990 [1966], “Orientaciones Teóricas de los Estudios Urbanos en Africa”, in M. BANTON, M. (comp.), *Antropología Social de las Sociedades Complejas*, Madrid, Alianza Editorial, 53-81.
- MITCHELL, J. Clyde, 1996 [1956], “La Danse du Kalela. Aspects des relations sociales chez les citadins africains en Rhodésie du Nord”, in *Enquête*, 4, 213-43.
- REVEL, Jacques, 1996, *Jeux d’Échelles. La micro-analyse à l’expérience*, Paris, Gallimard, Le Seuil.
- SCHWARTZMAN, Helen, B., (1989), *Ethnography in Organizations*, NP, London, ND, Sage.
- WOLF, Eric R., 1990 [1966], “Relaciones de parentesco, de amistad y de patronazgo en las sociedades complejas”, in BANTON, M. (comp.), *Antropología Social de las Sociedades Complejas*, Madrid, Alianza Editorial, 19-39.